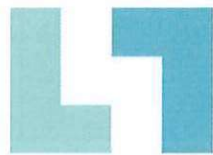


*cel. Dale*  
*F. Gaspar*



**LEZÍRIA DO TEJO**

comunidade  
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 05

20 de abril de 2023

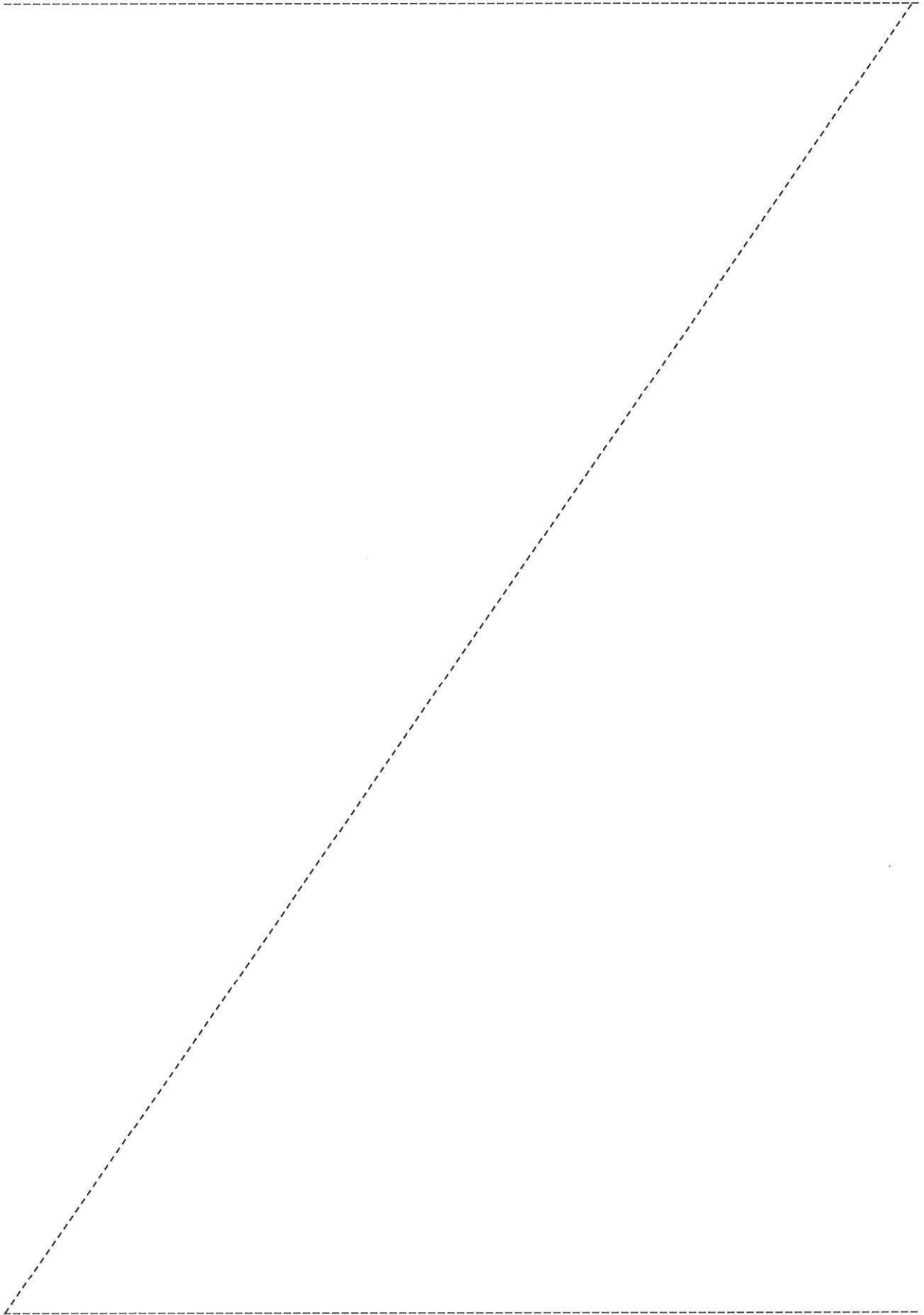
Sessão Ordinária

Início da reunião  
21h15 horas

Términus da reunião  
23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino  
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar  
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha

Dalu  
F. Gaspar



**ATA N.º 05**

--- Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no Cine-Teatro de Almeirim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Eurico Manuel Lopes Henriques, Gustavo Gaudêncio da Costa, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, João Pedro Antunes Osório, Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição (em substituição de Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos), António José da Fonseca Nobre, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Mário Jorge Campos Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, José Augusto Santos de Jesus, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Augusto Gonçalves Parreira, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Berta Alexandra Teixeira Lopes, André Filipe Galvão Charrua (em substituição de Mara Lúcia Lagriminha Coelho), Luís Alberto Ferreira, Francisco Artur Gomes Gaspar, Maria da Conceição Afonso Contente, Daniel Teodoro Catarino Romão, Cristina Maria Carrilho Ferreira (em substituição de Tiago Filipe Francisco Santos), Filipe Montez Coelho Madeira, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Luís Gabriel Rodrigues Pereira (em substituição de Nuno Miguel Ferreira Monteiro), António Pina Ferreira Campos Braz (em substituição de Rui Pedro de Sousa Barreiro), Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, Dina Maria Gomes Rocha, Carla Patrícia Lopes Neto e Luís Manuel da Graça Batista.-----

--- Faltaram à sessão Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório e Filipe Frade Brígida.-----

--- Apresentaram justificação de ausência Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Tiago Filipe Francisco Santos, Nuno Miguel Ferreira Monteiro e Rui Pedro de Sousa Barreiro.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.---

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia:-----

- Moção apresentada pelo Grupo do PSD – Sessões da Assembleia Intermunicipal;-----
- Ordem do Dia:-----
- 1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
- 2. Apreciação e votação de Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT para as contas dos anos de 2023, 2024 e 2025;-----
- 3. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2022;-----
- 4. Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2022;-----
- 5. Apreciação e votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023–2028, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2023–2028 agora revistas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, colocando à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 15 de dezembro de 2022.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José da Fonseca Nobre (CDU)**, referindo que tinha justificado a sua falta e que na ata não constava essa justificação.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 15 de dezembro de 2022, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, lembrando que a Moção "Deslocalização das Sessões da Assembleia da CIMLT", já anteriormente apresentada pelo PSD e que iria ser votada na presente sessão, dizia respeito à escolha do local da realização das Assembleias Intermunicipais, de uma forma descentralizada por todos os municípios que compõem a Assembleia Intermunicipal. De acordo com o senhor Deputado seria importante aproximar este órgão das pessoas, uma vez que tantas vezes estava distante das populações e até mesmo dos autarcas locais. Seria salutar e saudável realizar as sessões em cada município, de forma descentralizada, o que iria promover uma maior aproximação e até a participação dos cidadãos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, mencionando que a CDU considerava a proposta sentimental, mas inexecutável. Só com reuniões extraordinárias é que tal poderia ser possível no presente mandato. Assim, o que a CDU desejava era que se regressasse à sede da CIMLT, sendo este o local mais acessível para todos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, referindo que sobre a Moção apresentada, quase se escusaria de intervir, por estar tão bem formulada. Mas três argumentos poderiam elucidar os membros da Assembleia. A primeira tinha a ver com a fraca participação cívica dos cidadãos, incluindo as próprias eleições com elevadas taxas de abstenção. A presente Moção estava alinhada com o objetivo de alimentar a participação dos cidadãos neste processo político. A segunda nota do senhor Deputado tinha a ver com a descentralização, uma vez que a Moção estava alinhada com os objetivos de descentralizar para os municípios, podendo estes acolher as Assembleias Intermunicipais. Atendendo ainda às iniciativas designadas de Governo de proximidade, esta Moção estava também alinhada com tal e com as populações, de acordo com o senhor Deputado. Assim, era mais do que evidente que esta Moção era pertinente, apropriada e exequível. Por isso devia ser aprovada e executada de imediato.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que o PS não tinha reservas nenhuma relativamente à Moção, apesar de não conseguir, nem de perto nem de longe, acompanhar o autoelogio efetuado pelo senhor Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva. Mas o PS não queria deixar de registar que, numa Assembleia que se realizava num concelho que não era a sede da CIMLT, era estranho estarem de forma tão efusiva e assertiva a falar de reuniões descentralizadas. Lembrou que, estando a reunião a decorrer em Almeirim, este já seria o princípio da descentralização das reuniões. O senhor Deputado referiu que o PS não tinha reservas nenhuma sobre a descentralização. Apesar desta argumentação da participação das pessoas num órgão que já era representativo das pessoas, era uma consequência da Democracia representativa. As pessoas confiavam nos Deputados para o seu exercício nos cargos e mantinham essa confiança. Na opinião do senhor Deputado, o que aumentava ou diminuía a participação das pessoas eram as temáticas em debate. O senhor Deputado referiu ainda que todos sabiam porque é que as Assembleias Intermunicipais continuavam a existir, depois de terem desaparecido numa alteração legislativa. Os senhores Deputados saberiam que as discussões que tinham no presente órgão tinham o alcance que tinham e validavam as posições do Conselho Intermunicipal. Mas era pouco estimulante para um cidadão vir para uma Assembleia ouvir falar de um orçamento, contas e pouco mais. Mas concordava que se deveria descentralizar e o PS não tinha reserva nenhuma em relação à aprovação da Moção.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, referindo, em resposta aos senhores autarcas da CDU e PS, que o tema que o PSD estava a abordar era tão simples e tão evidente, que não merecia sequer uma reflexão tão aprofundada como aquela a que acabavam de assistir, que no fundo se resumia a concordar com a Moção e deixando uma ou outra observação pelo caminho. Mas aquilo que era relevante era a importância que cada um estava a dar àquilo que estavam a discutir, independentemente da importância que cada um pudesse reconhecer à própria

CIMLT. A verdade era que a Assembleia Intermunicipal era um órgão que permitia também a intervenção do público. E se havia casos onde não eram feitas descentralizações, outros casos havia em que já tinham começado a descentralizar, como o município de Benavente. O senhor Deputado referiu que tal tinha levado a um aumento da participação do público. O senhor Deputado disse ainda não ter dúvidas de que essa participação dependia do trabalho de todos os intervenientes na Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Referiu ainda que havia muitos assuntos que diziam respeito à vida das pessoas, como o tema dos transportes, e era natural que as pessoas quisessem participar e intervir. O senhor Deputado referiu ainda ter ficado naturalmente satisfeito pelo facto de a Moção estar a ser votada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, alertando que em momento algum tinham questionado o Conselho, ou o próprio Secretário Executivo, sobre a capacidade técnica de se poder fazer as sessões noutros espaços. De acordo com o senhor Deputado, convinha perceber se havia condições para isso ou não.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que, na forma como estava escrita a Lei, a participação do público nestes órgãos era permitida única e exclusivamente sob a forma de perguntas. Sobre a local da realização da sessão, considerou que seria possível em qualquer município da Lezíria. A título pessoal, o senhor Presidente referiu que a nível da sustentabilidade e do gasto energético era descabido não realizar as sessões no sítio mais perto e central para todos. O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT prosseguiu a sua intervenção considerando não ser normal estar a ter conhecimento de certos acontecimentos fundamentais da CIMLT, bem como os senhores Deputados, só no dia da sessão, e não na altura em que os mesmos aconteciam, sem sequer serem convidados. Considerou, assim, que era dada pouca importância à Assembleia Intermunicipal, questionando se a sua função era simbólica, ou se teria outra função. Lembrou que uma Assembleia Municipal era um órgão fundamental e que estava acima de tudo. E a Assembleia Intermunicipal? Assim, de acordo com o senhor Presidente, não seria o local da sessão que mudaria esta realidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, considerando não haver sentimentalismo nenhum na Moção apresentada. Ou havia coragem, ou não havia. Desconfiava que tivesse eficácia, mas não poderiam ficar parados. Sobre a intervenção do público, segundo o Regimento, este não fazia só questões. O artigo 42 do nº1 dizia que a intervenção do público se destinava à apresentação de assuntos de âmbito da CIMLT, ou pedidos de esclarecimento. Assim, manifestou a sua discordância relativamente à posição pessoal do senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Lembrou também a Assembleia Intermunicipal poderia fazer sessões extraordinárias. Mencionou o exemplo da Carta Educativa, onde a CIMLT tinha competências, e que

havendo uma reunião com pessoas ligadas ao setor, esta poderia trazer contributos para a elaboração da Carta. O mesmo poderia ser feito na área dos Transportes, Segurança, etc. Sobre as iniciativas para os quais os membros da Assembleia Intermunicipal não eram convidados, o senhor Deputado considerou que se poderia mudar alguma coisa nesta matéria. O senhor Deputado referiu ainda que o Conselho Intermunicipal também poderia beneficiar com estas alterações. Todos em conjunto poderiam ajudar o Conselho, não só fiscalizando e votando as decisões do Conselho, mas também trazendo mais contributos, dentro das competências da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, propondo que as reuniões formais fossem realizadas em cada concelho, ou apenas na CIMLT. Depois, as reuniões temáticas poderiam ser feitas de uma forma descentralizada. Por exemplo, a hipótese da instalação do aeroporto em Santarém, seria discutida em Santarém. E não era justificável que para uma sessão pública sobre este tema não tivessem sido convidados os membros da Assembleia Intermunicipal. Assim, de acordo com o senhor Presidente, poder-se-ia tentar que nesse tipo de debates, o Conselho Intermunicipal informasse sobre os mesmos a Assembleia Intermunicipal, para que os seus membros pudessem participar. De resto, o senhor Presidente disse apoiar a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo que quando falava de sessões extraordinárias, não era propriamente para que o senhor Presidente as convocasse. As sessões extraordinárias poderiam ser convocadas também por iniciativa da Assembleia. Não tinham de estar à espera que o Conselho Intermunicipal as convocasse. O senhor Deputado frisou que estava a entender a situação de outra forma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo que a sua ideia era que o Presidente explicasse a estratégia do assunto que era escolhido. Depois, um grupo combinava e marcava a sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, frisando que não tinha de ser o Conselho a marcar uma sessão extraordinária. Aliás, como se tinha falado na presente sessão, até os próprios cidadãos poderiam requerer uma sessão extraordinária. Mas isso deveria estar longe de acontecer. No entanto haveria temas que poderiam merecer uma discussão, que poderia trazer algum debate e ajudar o Conselho Intermunicipal na tomada de decisões. Acrescentar-se-ia assim alguma importância à Assembleia Intermunicipal. Sobre o local das sessões, o senhor Deputado lembrou que estavam em Almeirim há mais de dez Assembleias. Para o PSD, tal não era na prática uma descentralização de local. Por outro lado, o senhor Deputado referiu que não queriam que as sessões para discutir assuntos pertinentes para a região fossem descentralizadas, porque isso não era exequível. O que pretendiam era que as sessões ordinárias fossem descentralizadas, mesmo que tal

fosse mais complicado a nível de distâncias. Isto sem prejuízo de uma ou outra sessão ser realizada na sede da CIMLT.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que a proposta do senhor Presidente sobre as questões temáticas não precisaria ser objeto de uma Moção, uma vez que a Assembleia tinha essa própria competência de discutir sobre uma determinada matéria. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que ouvir falar em medo e em coragem numa Moção sobre descentralização, poucos dias depois do aniversário do PS e a poucos dias de se comemorar o 25 de abril, era uma coisa à qual tinha alguma dificuldade em se associar. Disse concordar com as reuniões descentralizadas, mas estas não eram um ato de coragem para o qual tinham de vencer o medo. Honrou ainda aqueles que tiveram de ter coragem e vencer o medo, para, no presente, ser possível estar a acontecer um debate de cerca de 50 minutos, para discutir o local de cerca de quatro reuniões da Assembleia Intermunicipal, sendo este o número total de sessões previstas até ao final do mandato. Requereu, por fim, que se submetesse de imediato à votação a Moção.

--- Submetida a votação a **Moção "Deslocalização das Sessões da Assembleia da CIMLT"**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

--- Votos a favor: 21 (PSD, CDS-PP, BE e Movimento 2021 É O ANO);

--- Votos contra: 1 (PS - António Pina Ferreira Campos Braz);

--- Abstenções: 13 (PS e CDU).

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, propondo que a sessão seguinte fosse realizada no concelho de Salvaterra de Magos.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)**, apresentando a seguinte Moção: "Passaram já duas décadas desde que o IC3 e a construção da nova travessia do Tejo foram inseridas no Plano Nacional de Investimentos, como contrapartida da instalação do Ecoparque do Relvão no concelho da Chamusca, que veio resolver a gestão de resíduos perigosos a nível nacional e uma grande percentagem dos resíduos a nível europeu. Desde então, os sucessivos Governos PS e PSD colocaram na gaveta todos os estudos já realizados e o respetivo caderno de encargos deste investimento. Desde muito cedo que os eleitos da CDU, quer na Assembleia da República, quer nas autarquias locais do distrito, se têm batido pela solução deste problema. Nunca dissociamos a construção da nova travessia do Tejo, da conclusão do troço do IC3 entre Vila Nova da Barquinha e Almeirim, nem o podemos fazer. O que podemos fazer é exigir ao Governo que cumpra os compromissos assumidos há vinte anos com a população do concelho da Chamusca em concreto e com o distrito de Santarém no geral. Na discussão do Orçamento de Estado para 2023, o PCP, através dos seus eleitos na Assembleia da República, propõe ao Governo que desenvolva os procedimentos

necessários para iniciar a construção do troço do IC3, ligando a A13 no concelho de Almeirim à A23 em Vila Nova da Barquinha, como a ponte alternativa à ponte João Joaquim Isidro dos Reis, que liga os concelhos da Chamusca e Golegã. Proposta que acabou rejeitada com os votos contra do PS e a abstenção do PSD, Iniciativa Liberal e Chega. Este não é um problema exclusivo do município da Chamusca. É um problema de todos os municípios do distrito, que são atravessados pela EN118, que passou a ser veículo de transporte de todo o tipo de resíduos, inclusive os perigosos, entre as populações que cada vez mais se manifestam contra o aumento excessivo do tráfego de pesados, os maus cheiros que tresandam por entre as habitações, a escorrência de lixiviados dos vários transportes, que deixam um rasto muitas vezes não identificável acerca da sua possível perigosidade. Está por demais provado que não é um problema local. É um problema regional e nacional. Para a CDU, que nunca teve duas posições, uma junto das populações na defesa e luta pela conclusão do troço do IC3 e da construção da nova travessia do Tejo, e outra na Assembleia da República, da não inclusão deste projeto nos sucessivos Orçamentos de Estado, chegou o momento de verdadeiramente assumir as responsabilidades. A ponte João Joaquim Isidro dos Reis, conhecida pela ponte da Chamusca, já centenária, apresenta problemas estruturais. Diariamente o seu tabuleiro é atravessado por um elevado tráfego de veículos pesados, que condicionam o trânsito nos dois sentidos. As alternativas distam dezenas de quilómetros, quer para sul, quer para norte. A construção de uma nova travessia do Tejo e a conclusão do troço do IC3 é determinante para o desenvolvimento da região. As posições dos governos do PS e PSD em relação a este tema, não aprovando todos os projetos e propostas, apresentados ao longo de vinte anos para a conclusão do troço do IC3 têm sido um garrote ao desenvolvimento económico dos concelhos a sul do Tejo, para além dos muitos constrangimentos no trânsito, que cada vez se torna mais difícil fixar empresas e jovens nos concelhos a sul do Tejo. A CDU volta a apelar a todas as populações afetadas e a todos os órgãos autárquicos da região a aceitação da luta por este problema junto do Governo. Pela sanidade ambiental, saúde pública e pelo desenvolvimento económico e social da região.”-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, começando por referir que dava muita importância à Assembleia e aos documentos que dela faziam parte. Prosseguiu com algumas questões, mencionando a página dezoito, que falava das Estratégias Locais de Habitação. Era referido que tinha sido lançado um concurso que estava a ser desenvolvido, que o levantamento das necessidades e o diagnóstico das necessidades de habitação pelos municípios

envolvidos estava feito e que o trabalho de adjudicação dos serviços era para identificar as edificações, as áreas exteriores e os estacionamento. O senhor Deputado pretendeu, assim, saber se este levantamento das necessidades e o diagnóstico estava feito e se podiam ser partilhadas as necessidades de intervenção nos seis municípios envolvidos. De seguida mencionou o Projeto MAIS Lezíria, nomeadamente atividade prevista de Canoagem. Referiu que o Tejo era talvez o elemento identitário mais forte do nosso território, sendo que o Tejo estava para a Lezíria do Tejo, como as ondas gigantes estavam para a Nazaré. Felicitou a CIMLT por eleger estas atividades de utilização do Tejo e questionou qual tinha sido a participação em termos de canoístas, na primeira etapa da Canoagem MAIS Lezíria. O senhor Deputado abordou ainda a questão dos transportes. Lembrou que já tinha referido a necessidade de se avaliar a extensão dos transportes gratuitos aos estudantes do ensino superior. Quis saber se havia alguma diligência neste sentido. O senhor Deputado terminou a sua intervenção fazendo uma observação sobre a transição digital. Referiu que o Governo e o PRR mostravam avultados investimentos neste desígnio. Assim, questionou até que ponto não poderia a CIMLT assumir alguma liderança e conduzir um processo de transição digital para a economia social, onde se podia incluir as IPSS, as associações de várias naturezas, incluindo as questões de natureza desportiva. Disse considerar que a Lezíria poderia, se fosse o caso disso, assumir esse papel de liderança, de modernizar, de tornar mais eficiente, mais competitivo e com maior capacidade de resposta o tecido social do território.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, colocando uma questão relativamente aos transportes, mencionando um artigo de opinião publicado no Jornal Notícias do Sorraia, intitulado "Se o estado social funciona e faz falta a Portugal", datado de 5 de abril. Esse artigo referia que se continuava com uma péssima qualidade dos mesmos e com um desleixo absoluto da empresa privada que estava concessionada. Dizia ainda que a rede de transportes estava deficitária e com péssima qualidade, e os privados não traziam melhor qualidade. Assim, era hora de exigir mais e melhor trabalho à Autoridade dos Transportes - CIMLT, uma vez que era o Estado que suportava o apoio ao passe. O senhor Deputado questionou o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT se se revia nestas afirmações. Lembrou ainda que o referido artigo de opinião tinha sido escrito por um eleito da bancada do Partido Socialista. O senhor Deputado disse considerar que o artigo estava escrito de forma agressiva. O senhor Deputado solicitou ainda ao senhor Presidente que falasse sobre o serviço que era prestado pelo prestador privado dos transportes e sobre a fiscalização que era feita pela própria CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por mencionar os cinquenta minutos iniciais da presente sessão. Referiu que a CIMLT não tinha promovido nenhuma sessão sobre o aeroporto, porque tinha sido promovida por

uma autarquia da CIMLT e para a qual tinham sido convidados vários elementos, entre eles, presumivelmente todas as autarquias. No âmbito daquilo que era um inquérito público, o senhor Presidente disse considerar que qualquer um dos portugueses e portuguesas poderia intervir. No que tinha a ver com os vários projetos, o senhor Presidente começou por mencionar o que tinha a ver com as Estratégias Locais de Habitação. Tratava-se de um Acordo Quadro, com a participação de seis municípios, que iriam agora fazer aqui um conjunto de intervenções. Sobre a Canoagem MAIS Lezíria, informou que tinham participado cerca de 90 canoístas na primeira etapa e que iriam decorrer quatro etapas no total, todas com número idêntico de inscrições. Em relação à extensão dos transportes gratuitos aos estudantes do ensino superior, o senhor Presidente referiu que ainda não havia essas avaliações, mas a CIMLT tinha essa disponibilidade de princípio. De qualquer forma, lembrou que o PART já dava descontos. Em relação às questões da transição digital, o senhor Presidente lembrou que a CIMLT já tinha estado na linha da frente nesta matéria e que podiam fazer nova avaliação pelos onze municípios. Sobre o artigo escrito por um eleito do Partido Socialista, o senhor Presidente disse não saber de quem se tratava, mas era certo que dentro do Partido Socialista havia uma multiplicidade de opiniões e eram todas possíveis. Referiu ainda que ele mesmo já tinha confrontado e criticado o Governo, que o seu partido apoiava. E não era por isso que se deixava de ter objetivos comuns. Prosseguiu referindo que durante anos ninguém quis saber do assunto dos transportes, ninguém fiscalizou. A partir do momento em que o assunto tinha passado para as Comunidades Intermunicipais, a CIMLT tinha passado a fazer um trabalho de enorme qualidade, percebendo em concreto a situação, as carreiras, a frequência, os passageiros, etc. Lembrou ainda que tinha vindo a pandemia e tinham lançado um concurso público internacional que, entretanto, tinha ficado deserto. De seguida, mesmo sem nenhum concorrente, a CIMLT tinha sido colocada em tribunal por um operador. Entretanto, o assunto foi resolvido. Ainda assim, o Conselho intermunicipal da CIMLT tinha começado a perceber que era necessário mudar. Assim, estavam a fazer um estudo para que a Comunidade não fosse apenas autoridade, mas também operador interno. Era um passo difícil, porque as questões dos transportes eram complexas, mas a CIMLT estava a fazer o seu caminho e a tomar decisões eventualmente únicas no País. A par disto, o senhor Presidente mencionou também o serviço de Transporte a Pedido, que visava criar condições de poder servir as populações, respondendo a necessidades específicas da população com custos substancialmente mais reduzidos. Considerou que podiam fazer mais e melhor, mas aquilo que estavam a fazer era de elevadíssima qualidade.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, começando por referir que pertencia a um concelho que tinha graves problemas no que dizia respeito aos transportes urbanos. Questionava o executivo do município de Santarém, mas não tinha muitas respostas. Assim, pretendeu

saber se a Comunidade Intermunicipal, que tinha um papel preponderante em tudo isto, conseguia ter respostas mais objetivas e específicas, até porque tinham de responder às populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, voltando ao tema do aeroporto. Lembrou que na última sessão tinha referido que a Comunidade podia e devia tomar a liderança e posicionar-se junto da sua população, não dos decisores políticos, e posicionar-se no sentido de ocupar um lugar na cabeça das pessoas relativamente às outras propostas. Na opinião do senhor Deputado, a Comunidade não o tinha feito. Tinha sido feito com um operador privado e o que era facto era que o território podia assumir outra liderança neste tema muito particular. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, mencionando que o senhor Presidente tinha falado na questão das necessidades de diagnóstico dos levantamentos, das necessidades de habitação. Que as necessidades eram superiores à capacidade instalada para responder e aos meios financeiros que poderiam surgir para dar resposta. O senhor Deputado disse ter ficado sem perceber quais eram os fogos necessários para suprir as necessidades das pessoas. Assim, pretendeu saber quantos fogos era necessário construir, reabilitar, dispor para suprir essas necessidades. Considerou que era preciso ambição e tomar uma liderança para captar recursos do PRR, bem como aproveitá-los para modernizar as organizações da economia do terceiro setor em matéria da transformação digital.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, voltando a referir que não era dada a devida importância à Assembleia Intermunicipal. Por exemplo, no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e dois tinha sido apresentada pela CIMLT, no Convento de São Francisco, em Santarém, a Programação em Rede e nenhum dos senhores Deputados tinha sido convidado. O mesmo se tinha passado com o Seminário MAIS Lezíria, a ocorrer em maio de 2023, na Escola Profissional de Salvaterra de Magos. Referiu ainda que se tratava de um problema vasto, que também tinha a ver com outro tipo de órgãos. O senhor Presidente disse não gostar de fazer figura de corpo presente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, respondendo ao uso da palavra do senhor Deputado Francisco Artur Gomes Gaspar, sobre a opinião de um militante do Partido Socialista suscitar alguma divergência. Referiu que bastava participar Assembleia Intermunicipal da CIMLT para perceber que no Partido Socialista cada um tinha o seu pensamento e dizia aquilo que bem entendia. Relativamente ao aeroporto, lembrou que o Senhor Presidente já tinha falado tinham no território duas propostas de construção do aeroporto: Santarém e Benavente. Assim, como se percebia, o Conselho Intermunicipal gostava de gerar o máximo consenso entre todos os concelhos e evitar promover a divisão sub-regional do território.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**,questionando se estava disponível o estudo de viabilidade económico-financeira, para se poderem entregar às várias

bancadas, sobre a criação da empresa intermunicipal dos serviços públicos de transporte. Lembrou que, na última Assembleia, a CDU tinha feito esse pedido e, assim, solicitou que se pudesse fazer chegar o documento às bancadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, lembrando que o tema dos transportes tinha sido abordado na última Assembleia Intermunicipal, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal tinha dito na presente Assembleia que estava a ser executado um estudo, mas o senhor Deputado tinha ficado com a ideia, na última Assembleia, de que esse estudo já estaria concluído. Inclusivamente tinham sido avançados alguns prazos, nunca menos de um ano, e já se falava de uma previsão de custos que a operação poderia ter para cada município. No entanto, a ideia que ficava na presente Assembleia era que o estudo ainda estava a decorrer. Portanto, o senhor Deputado pediu que esta matéria fosse clarificada. O senhor Deputado referiu que este era um tema deveras importante para a região, porque de facto era um martírio aquilo que acontecia em termos de transportes públicos. As pessoas não conseguiam deslocar-se, muitas vezes nem dentro do próprio município. Referiu ainda que o seu desejo, que seria comum, era que a rede de transportes públicos pudesse servir no futuro as comunidades da melhor forma possível, com viabilidade económica, mas também com a preocupação de carreiras mais concorridas e, eventualmente, suportando carreiras com menos afluência de pessoas, mas importantes para as populações, porque aproximavam as populações mais isoladas dos centros urbanos e até dos outros municípios da região. Na opinião do senhor Deputado, importava também clarificar a questão dos prazos, entre eles para a constituição da empresa intermunicipal, aquisição de autocarros, contratação de pessoal, enfim, todo esse processo. Sobre a estratégia local de habitação, o senhor Deputado quis deixar uma nota e um pedido de esclarecimento. Lembrou que a Estratégia Local de Habitação tinha sido anunciada com milhões de euros de fundos disponíveis para executar, mas desde logo tinham sido manifestadas preocupações em dois ângulos. Por um lado, o prazo de execução da própria estratégia e das candidaturas que teriam que ser feitas. Por outro lado, o trabalho que depois os municípios teriam de fazer, tanto na reabilitação dos imóveis, como na aquisição de terrenos e na construção de novos fogos. Mais ainda, tinha sido manifestada preocupação por alguns autarcas sobre a capacidade das empresas de construção civil da região e do país, para construir tudo aquilo que era suposto ser construído, no prazo apresentado pelo Governo. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, considerando que, dos seis municípios participantes, nenhum ainda tinha conseguido executar nada daquilo que tinha sido definido nas Estratégias Locais de Habitação. Questionou se era expectável que esta não execução perdurasse no tempo, ou se podiam estar tranquilos relativamente a essa matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo, em relação aos transportes urbanos, que os mesmos estavam com as

autarquias e seriam elas, naturalmente, a clarificar diretamente o assunto. Sobre a empresa de transportes, para ser constituída precisava de ter um estudo de viabilidade. Só posteriormente iria ao Tribunal de Contas e de seguida seriam adquiridos autocarros, tratadas as contratações das pessoas, etc. Referiu que a CIMLT pretendia terminar esta parte formal o mais rapidamente possível, mas tinham de ser realistas. Por exemplo, nos últimos meses, o preço dos autocarros tinha aumentado, não havia autocarros novos e os prazos de entrega dos novos tinham aumentado de meia dúzia de meses para mais de um ano. Para além disso, havia desenvolvimentos sobre o Terminal de Santarém. Ainda assim, o senhor Presidente disse estar certo de que a empresa de transportes iria resolver muitas questões. Em relação ao aeroporto, a questão era simples. A CIMLT tinha tido uma posição comum e unânime: queria o aeroporto no território da Lezíria do Tejo. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que a CIMLT não conseguia liderar em tudo. Mas já tinha sido várias vezes pioneira, entre elas com o Ribatejo Digital, projeto através do qual se conseguiu ter um espaço de internet em cada freguesia. Na altura tinha sido muito importante. Em resposta senhor Deputado João Osório, o senhor Presidente referiu que o estudo ainda não estava pronto. Quando estivesse iria naturalmente às assembleias municipais. Ainda em relação à questão dos transportes, voltou a mencionar o Terminal de Santarém, que estava para começar, tinha um projeto aprovado, tinha um financiamento, mas tinha surgido outra oportunidade importante que justificava uma espera e que poderia ter impacto naquilo que era o estudo de viabilidade. A seu tempo diriam do que se tratava, e iriam perceber que tinha esse impacto. Por fim, em relação às questões da habitação, o senhor Presidente disse não ter dúvidas nenhuma que eram das questões mais importantes e que verdadeiramente ninguém saberia quais eram as necessidades nesta matéria. Havia as necessidades para pessoas com carência grande ou significativa económica e havia as necessidades para quem não tinha essas carências, mas que não conseguia adquirir uma casa. O senhor Presidente terminou a sua intervenção dizendo acreditar que iriam conseguir construir muita coisa com os fundos do PRR.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT para as contas dos anos de 2023, 2024 e 2025.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT se existia algum motivo para que a empresa fosse escolhida por ajuste direto, ou seja, sem ser necessário qualquer concurso, bem como não ser uma empresa da região e ser da zona de Lisboa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, confirmando que a empresa era escolhida pela CIMLT, por procedimento de ajuste direto,

e que a pessoa que trabalhava com a CIMLT era da região e já o fazia há muitos anos. As coisas tinham corrido bem e por isso tinham optado por continuar a trabalhar com a mesma entidade.-----

--- Submetida à votação a **Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT para as contas dos anos de 2023, 2024 e 2025**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2022**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, mencionando as execuções dos PI, que presumia ser os "programas de intervenção". Notava-se uma boa execução, alguns programas com cem por cento e três deles com uma taxa de execução financeira superior a noventa por cento. Mas depois havia um, o 9.7, com uma execução de quarenta por cento. O senhor Deputado quis perceber esta desconformidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que tinha a ver com o Fundo Social Europeu e com questões de formação. Explicou que a CIMLT solicitava as necessidades de formação aos municípios e tinha uma candidatura a decorrer no âmbito da Contratualização. Exista a perspetiva de eventualmente reprogramar e transformar este Fundo Social Europeu noutra fundo, se possível, ou então intensificar as questões de formação ao nível dos técnicos dos municípios.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, sugerindo, para o próximo relatório, que se pusesse a legenda do que é que queria dizer cada PI, para ser mais fácil de entender. O senhor Deputado mencionou ainda a página 32, onde estavam os desvios entre as despesas previstas e pagas, no total das despesas de capital. O orçamento era de quinhentos e oitenta e cinco, duzentos e noventa euros, e a concretização de cento e quarenta euros, e trinta e oito centésimos. Estariam a falar de uma taxa de execução 24,44. O senhor Deputado quis saber o que é que tinha levado a tão baixa taxa de execução.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que, em termos de Comunidade, as questões de investimento eram, de certa maneira, reduzidas ao nível do Sucesso Escolar. Não estavam a falar dos milhões em termos de investimento, que existia no plano de atividades de uma Câmara Municipal. Prosseguiu mencionando o exemplo do Terminal Rodoviário de Santarém, cujo projeto técnico estava a ser executado. Tinham previsto trezentos mil euros para o Terminal Rodoviário de Santarém, o que corresponderia a cerca de oitenta por cento do investimento que estava no plano da CIMLT. Ao não executar o projeto do Terminal Rodoviário de Santarém, a taxa de execução do investimento passava

para vinte e quatro por cento. Resumia-se aos investimentos que a CIMLT fazia noutros projetos, designadamente no combate ao insucesso escolar. Portanto, a taxa de vinte e quatro por cento refletia-se no facto dos trezentos mil euros que estavam orçamentados para o Terminal de Santarém não terem sido executados.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2022**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 28 (PS, PSD, CDS-PP e Movimento 2021 É O ANO);-----

--- Abstenções: 7 (CDU e BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2022**.-----

--- Submetida à votação a , a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2028, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2023-2028 agora revistas**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, sugerindo ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal que os membros da Assembleia tivessem acesso, quer à votação feita no Conselho Intermunicipal, quer também às intervenções dos seus membros, quando recebia a documentação destes documentos das contas, das revisões orçamentais, dos orçamentos, para que fosse possível à Assembleia fiscalizar a atividade do Conselho. Convinha saber qual era a posição que cada um dos membros do Conselho tinha e qual era a votação. Embora já tivesse sido dito que normalmente a votação era por consenso, o senhor Deputado considerou que era importante ter conhecimento da intervenção dos membros do Conselho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que as votações eram todas por unanimidade. Já as discussões não. Referiu que tinham discussões grandes em determinados assuntos e que, portanto, os orçamentos, as grandes opções do plano, etc, resultavam daquilo que eram as discussões que iam tendo. As discussões acabavam por ter, por norma, sempre consenso. O senhor Presidente lembrou que um dos Deputados presente na Assembleia já tinha participado nas reuniões do Conselho Intermunicipal e podia testemunhar o que estava a ser dito. Lembrou também que as atas eram públicas. Portanto, esta nem sequer era uma questão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, considerando que esta

questão levava à discussão inicial da presente sessão, sobre a importância da Assembleia Intermunicipal. Referiu ser estranho que a Assembleia estivesse a aprovar documentos, não tendo acesso à discussão que tinha existido no órgão executivo. Lembrou que a função da Assembleia Intermunicipal era fiscalizar o Conselho, embora não estivesse a duvidar da palavra do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal. Agora, quando um documento vinha para a Assembleia aprovar, enquanto órgão deliberativo que fiscalizava o órgão executivo, era estranho não ter toda a informação. E se a discussão era feita antes da aprovação do orçamento, deveria constar essa discussão para ser analisada. Até porque os deputados intermunicipais não eram eleitos diretamente, mas sim por inerência de deputados municipais e tinham depois que fiscalizar a ação da Câmara Municipal de cada um dos concelhos e, por conseguinte, fiscalizar a atuação do Presidente da Câmara. Terminou a sua intervenção dizendo que se a Assembleia Intermunicipal tinha a importância que devia ter, como um órgão máximo do intermunicipal, devia ter acesso a essa informação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que o Conselho Intermunicipal só não tinha aprovada a última ata, que era da aprovação das contas na semana seguinte. E as atas eram naturalmente o resumo sucinto daquilo que se passava na reunião. As reuniões eram uma coisa dinâmica, onde se tomavam decisões dinâmicas. Para além disso havia também um voto de confiança no doutor António Torres, naquilo que eram as opções e decisões dos Presidentes de Câmara.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que as atas estavam todas disponíveis no site da CIMLT e tal até era obrigatório por Lei. E as atas eram sempre muito sintéticas, porque as matérias eram consensualizadas entre os Presidentes. Poderiam até discutir variados temas, até fora das reuniões, e as atas seriam um resumo. Não iriam colocar tudo na ata, até porque o processo já não funcionava assim. Portanto, havia um processo de discussão entre os senhores Presidentes e chegavam a um consenso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, questionando o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, que também era Presidente de uma Assembleia Municipal, como é que fazia, porque nas Câmaras Municipais enviavam sempre a parte da discussão do Executivo. Era normal em qualquer Assembleia. Que um Conselho se reunisse, que era um órgão, que discutisse e não estivesse plasmado na ata o que discutia, era outra questão. Preferiam, assim, fazer em minuta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, falando pela sua Câmara. Entre a Reunião de Câmara, onde aprovava as contas, e a Assembleia Municipal, onde aprovava as contas, por norma passava-se outra reunião. Portanto, era fácil ter as atas aprovadas neste caso concreto. Prosseguiu dizendo que tinham aprovações em

minuta. Mas eram coisas distintas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, dizendo que provavelmente o cerne da questão seria ter acesso à gravação das reuniões do Conselho Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que, formalmente, sempre que havia órgãos coletivos que tinham que aprovar contas de órgãos executivos, porque não tinha decorrido uma reunião posterior, o que se fazia era aprovar uma minuta e pedir-se uma certidão. Mas havia uma prática distinta. O órgão camarário era um órgão constituído por vários partidos, que acabavam por ter a mesma metodologia, sendo as atas entregues ou disponibilizadas eletronicamente a todos os membros da Assembleia. Mas a Assembleia Intermunicipal era um órgão diferente e bem. Funcionava do ponto de vista consensual, em que nenhum dos membros do Conselho Intermunicipal estava interessado, a não ser que fosse um processo de rutura, de ter declarações para a ata. Tal levava à verificação pura e dura do que estava no Código do Procedimento Administrativo, que dizia que "deve haver uma tradução sintética do que se passou e sempre que alguém tem interesse, faz uma declaração".-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, frisando que as votações eram unânimes e eram unânimes genuinamente. Portanto, não era nada forçado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dando o exemplo da criação da empresa de transportes. Possivelmente haveria uma prévia discussão, até a aprovação. Portanto, não se poderia obrigar o Conselho, a não ser que fizesse transmissões online.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, considerando que tinha a intenção de solicitar gravações online, mas se queriam ser rigorosos, a votação do Conselho Intermunicipal deveria estar na presente Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, solicitando aos serviços da CIMLT o envio das Atas e das Atas em Minuta, com as votações do Conselho Intermunicipal, como parte integrante da documentação entregue aos senhores Deputados, a partir da sessão seguinte da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2028, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2023-2028 agora revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 29 (PS, PSD, CDS-PP e Movimento 2021 É O ANO);-----

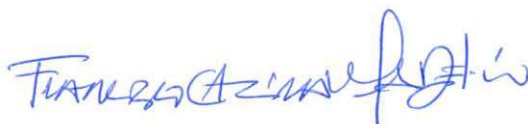
--- Abstenções: 7 (CDU e BE).-----

**Sessão Ordinária de 20 de abril de 2023**

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.---

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que a sessão seguinte da Assembleia Intermunicipal fosse marcada em Alpiarça, respeitando a ordem alfabética dos municípios associados, e dando por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.---

O PRESIDENTE DA MESA



O VICE-PRESIDENTE DA MESA



A SECRETÁRIA DA MESA

